ACM: FMI não pode ferir soberania

Presidente do Senado propõe a extinção de tribunais superiores civis e militares

Maria Lima e James Allen

BRASÍLIA

A crise econômica deu o tom da reabertura dos trabalhos do Congresso ontem. Presidindo a sessão, o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), defendeu as negociações do Governo com o Fundo Monetário Internacional mas alertou para o risco de ser dar poderes ao FMI para que interfira na política interna do país, ferindo a soberania nacional. Ao lado do vice-presidente Marco Maciel, que ouviu constrangido as críticas, ele defendeu o Congresso e cobrou do Governo uma iniciativa mais concreta para acabar com a inércia e solucionar, imediatamente, a polêmica criada com os governadores por causa das dívidas estaduais. Aplaudido por parlamentares da oposição, Antônio Carlos também atacou o Judiciário, pregando a extinção de tribunais superiores (civis e militares), que só estariam hoje atrapalhando a Nação:

— A soberania nacional é a coisa mais bela do mundo. Mas dizia Machado de Assis: "É preciso que seja soberania e que seja nacional..." Entendemos que o Governo necessita ir ao FMI, mas nem por isso o FMI pode se intrometer nos problemas nacionais, sobretudo para criar dificuldades para as camadas mais pobres.

FH diz que demora no ajuste e moratória de Minas detonaram crise

Já o presidente Fernando Henrique afirmou, na mensagem enviada por escrito ao Congresso, que a demora na aprovação das medidas do ajuste fiscal no Congresso e a moratória decretada pelo governador Itamar Franco em janeiro foram o estopim que detonou a crise econômica. Na mensagem, lida na solenidade de abertura da 51ª legislatura, Fernando Henrique admite que o que abala a confiança do mundo na economia brasileira não é basicamente o desequilíbrio externo, mas sim problemas políticos internos e o déficit das contas públicas.

No histórico que fez da crise, Fernando Henrique lembrou que a boa repercussão do plano de estabilização fiscal e as negociações com os bancos estrangeiros tiveram um reflexo positivo, reduzindo a fuga de capitais em outubro e novembro, mas em dezembro o Congresso derrubou a medida provisória que instituía a cobrança de contribuição dos inativos e pensionistas. Segundo ele, a perspectiva de atraso na votação da prorrogação da CPMF e a moratória de Minas agravaram o sentimento de incerteza sobre a capacidade do Brasil cumprir as metas de ajuste fiscal, provocando a saída descontrolada de capital: "Os próximos meses serão de sacrifício. Ao dizê-lo, tenho plena noção do peso da palavra: sacrifício. Não só para o Governo e para as empresas, mas para as pessoas", escreveu o presidente, afirmando entretanto que 99 será o ano da virada, mas que tudo dependerá mais do encaminhamento político de soluções para os problemas estruturais, do que dos humores do mercado.

Em seu discurso, Antônio Carlos respondeu à mensagem, dizendo que o Congresso está pronto para votar as medidas que o Executivo encaminhar para salvar o país. Mas reclamou da demora do presidente em mudar a agenda política, voltada nos dois últimos meses para as dívidas estaduais.

Petista a ACM: Só faltou o senhor gritar: "Fora FMI!"

Antônio Carlos, recebeu cumprimentos dos oposicionistas na saída do plenário:

— O presidente mandou uma mensagem tão chocha. O senhor deu um banho! — disse-lhe Haroldo Lima (PCdoB-BA, abraçando-o eufórico.

Antônio Carlos brincou com o senador José Eduardo Dutra (PT-SE).

— Só faltou o senhor gritar: "Fora FMI!" — disse-lhe Dutra.

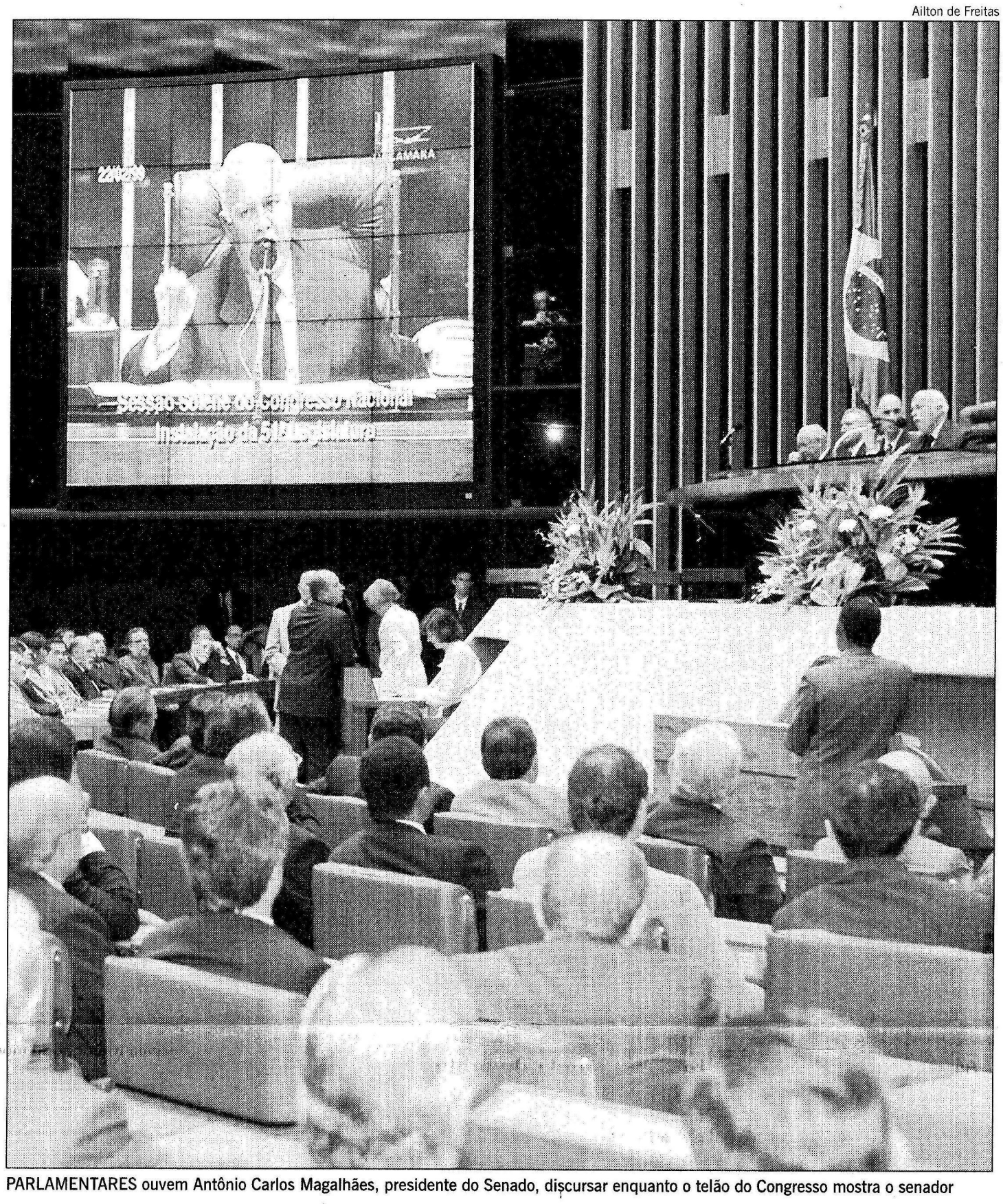
— *Go home! Go home!* (Volte para casa) — respondeu Antônio Carlos.

Maciel defendeu Fernando Henrique. Afirmou que o presidente defende o mesmo pensamento, inclusive de brigar por uma agenda positiva para tirar o Brasil da crise.

— Quanto ao FMI, todas as negociações estão sendo encaminhadas de forma a preservar a soberania nacional — disse Maciel.

Ao lado de Antônio Carlos, o presidente do STF, Celso de Mello, concordou com a extinção dos tribunais militares nos estados.

Ailton de Freitas



PARLAMENTARES ouvem Antônio Carlos Magalhães, presidente do Senado, discursar enquanto o telão do Congresso mostra o senador

Fundo Monetário: das desavenças a uma sala no BC

Maria Luiza Abbott

• BRASÍLIA. Reações contrárias ao FMI não são novidade no Brasil. Em 59, Juscelino Kubitschek suspendeu negociações para um empréstimo de US$ 300 milhões atendendo a pressões contra a política de austeridade do FMI. No início da década de 80, novas negociações e manifestações nas ruas. Em 91, Fernando Collor chegou a expulsar o chefe da missão, José Fagenbaum, que criticara o desequilíbrio fiscal brasileiro. Há pouco mais de um ano, Gustavo Franco, então presidente do BC, disse que ir ao FMI era um atentado à soberania. Teve de rever o discurso e assinou, com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, o acordo de novembro de 98, que sobreviveu por menos de dois meses.

A receita básica do FMI — corte de gastos e arrocho monetário — tem sido a principal dificuldade nas relações com o Brasil. Em outubro, o FMI queria acelerar a desvalorização do real e atingir um superávit primário (exclui juros) de 3% do PIB. O Governo brasileiro conseguiu manter a política cambial e o superávit ficou acertado em 2,6%, em troca de um socorro de US$ 41,5 bilhões.

Apesar do acordo, o Brasil perdeu mais de US$ 5 bilhões em reservas em dezembro. O Governo abandonou então a política cambial sem autorização do FMI, o que quase levou a um rompimento. Para manter a ajuda, as autoridades brasileiras aceitaram maior interferência da instituição sobre a política econômica. Por exigência do Fundo, os juros subiram e o superávit primário será de 3% a 3,5% do PIB. E, para completar, o FMI terá um escritório na sede do Banco Central.

FH compara demagogos a traidor de Tiradentes

'Administradores que não enfrentam os problemas se enforcam na corda de Silvério dos Reis'

Aziz Filho

Enviado especial

• VITÓRIA. O presidente Fernando Henrique Cardoso aderiu ontem ao jogo de imagens que tem sido associado ao governador de Minas, Itamar Franco (PMDB), e, em discurso na inauguração do laboratório de informática de uma escola em Vila Velha (ES), comparou a Joaquim Silvério dos Reis os administradores que preferem fazer demagogia a enfrentar os problemas.

— Tem muita gente cuja corda na mão é de Silvério dos Reis, e não de Tiradentes. Não têm coragem e buscam refúgio na falsidade, procurando justificativas mentais para fazer de conta que estão fazendo — afirmou.

A imagem foi usada primeiramente ao se referir às dificuldades do estado no Governo Vitor Buaiz (eleito pelo PT).

— Fiz o que pude pelo estado. Os senadores e deputados são testemunhas e também fizeram para que o estado não naufragasse. E, se naufragou, se enforcou na própria corda, a de Silvério dos Reis, e não a de Tiradentes.

A figura de Tiradentes, o herói da Inconfidência Mineira, tem sido associada a Itamar, que decretou moratória das dívidas com a União. Tiradentes foi enforcado depois que a conspiração foi delatada por Silvério dos Reis, em troca do perdão de suas dívidas com Portugal.

FH diz que a decisão de ir ou não à reunião de governadores é de Itamar

Sobre a recusa de Itamar a comparecer à reunião com os governadores na sexta-feira, Fernando Henrique disse que "a decisão é dele" porque "quando a gente recebe um convite, pode ir ou não ir". O presidente comentou também a cobrança, feita pelos governadores de oposição, de que o encontro tenha uma pauta. Segundo ele, "a pauta já existe".

— Quando o presidente convida os governadores, basta isso para que possamos conversar pelo Brasil. Vou apenas mostrar, como temos feito, quais são os limites da nossa ação. E ouvir os governadores, para saber o que pode ser feito através de ações reais, compatíveis — afirmou, acrescentando que quer a presença de todos.

O presidente deu uma rápida aula inaugural para lançar o Proinfo, programa de informatização, na Escola Municipal Senador João Calmon, acompanhado pelo ministro da Educação, Paulo Renato Souza.

O forte esquema de policiamento, que incluiu detector de metais até para a entrada das crianças, não impediu que 300 manifestantes de partidos de esquerda, sindicatos, CUT e MST vaiassem o presidente e o governador José Ignácio Ferreira (PSDB), atrás do muro que protegia a quadra e o palanque.

O ato só despertou a atenção quando os manifestantes jogaram sobre o muro centenas de balões coloridos e panfletos decretando luto contra "o Governo FHC/FMI".

Fernando Henrique subestimou o protesto.

— Protestos fazem parte da democracia. Estou acostumado a isso. Mas não ouvi nada. Só vocês agitados — brincou com os jornalistas.

Os carros de som dos manifestantes foram barrados, mas eles negociaram com a PM e conseguiram se aproximar da escola. Houve um pequeno confronto quando Joaquim Pereira de Araújo, do MST, tentou pular o muro para se aproximar do palanque.

Jorge William

FH, PAULO RENATO e José Ignácio na inauguração do laboratório de informática

Presidente pede aos governadores que façam o ajuste fiscal nos estados

O discurso do presidente foi recheado de palavras de incentivo aos governadores para que se empenhem pelo ajuste fiscal. Ele disse que continua confiante, com determinação para "tomar as medidas necessárias, racionais e corretas que vejam o interesse do povo":

— Interesses a longo prazo, e não apenas o interesse demagógico de grupos de pressão ou de um parlamentar que deseja alguma coisa. Isso não serve para ninguém. Serve apenas para entorpecer um projeto mais forte, mais sustentado, de desenvolvimento.

O ajuste fiscal, segundo ele, "é necessário para que o país seja realmente independente não só de palavra, para que amanhã não precisemos, como precisamos hoje, pedir apoio externo":

— Vim ao Espírito Santo porque queria ouvir o governador José Ignácio. Não me arrependo de ter vindo, porque vi e ouvi que vamos vencer, a famosa frase latina *veni, vidi, vinci* (vim, vi, venci). Ele vai fazer o ajuste — disse, referindo-se à frase que teria sido tida pelo general romano Júlio Cesar ao derrotar o rei de Ponto, na Ásia. ■

• GOVERNO BLOQUEIA DE NOVO RECURSOS DE MG E RS *na página 5*